

FOUCAULT, MICHEL. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

Resenhado por Marcelo Vicentin (PG) – USF

Para Foucault, o surgimento/nascimento de uma nova episteme, com novas positivities e possibilidades de saber, está ligado a condições que desenvolvam, que propiciem um solo epistemológico fértil para novas ciências. Em *As palavras e as coisas*, propôs-se demonstrar as rupturas no modo de pensar e na produção de saberes da cultura ocidental e europeia a partir do século XVI, reconstruindo o caminho da percepção de como foram percebidas determinadas referências, tais como a linguagem, os seres naturais e o sistema de trocas, indicando o processo de ordenamento produzido pela sociedade da época. Para tanto, não recorrerá à história das ideias ou das ciências, mas sim ao campo epistemológico. Assim, para Foucault episteme, é um campo, uma arqueologia sobre a história tradicional do conhecimento empírico, uma procura pelas condições e configurações das possibilidades que permitiram determinados saberes se sobreporem e se validarem em relação a outros.

A obra inicia-se com uma longa análise do quadro *As Meninas*, de Velásquez, como um contraponto entre a episteme clássica e a renascentista, pois este quadro representa, para Foucault, uma definição sobre a representação da representação clássica, visto que ali todos os elementos desta se tornam visíveis e presentes, marcada pelo desaparecimento de marcas e sinais, dos signos representativos daquilo que indicava por similitudes e semelhanças a representação renascentista. Agora a representação se dará apenas como pura representação.

Na episteme renascentista, a linguagem, a ciências da natureza e o esotérico ocupam o mesmo espaço, as mesmas marcas. Isso faz o saber pobre, pois encerra a si no jogo das similitudes, monotonamente a conhecer sempre a mesma coisa. Nesse jogo de semelhanças entre microcosmos e macrocosmos, impõem-se limites, uma finitude ao saber, pois nada escapa a esse jogo, em um desdobrar e duplicar, em que para tudo há ponto comum. Nesse universo do saber, racionalidade e magia co-habitam o mesmo espaço, pois são o patrimônio cultural daquele momento. A erudição da antiguidade e as magias naturais são inerentes ao modo de conhecer, em que marcas e sinais devem ser percebidos e interpretados.

Na episteme clássica, as palavras, as ciências naturais e a história da riqueza tomarão o cetro na condução de um novo sistema de saber, um novo solo epistemológico denominado clássico. Esse percorrerá o restante do século XVII e todo o XVIII, em que não mais semelhanças e similitudes organizarão as positivities e os saberes, mas a noção de representação, medida e ordem.

Para Foucault, esse momento marca a modificação nos fundamentos da cultura ocidental, um período em novas ordenações e configurações do saber empírico, em que a natureza se torna parte da ordem científica e não mais parte da superstição ou da magia. Para a quem convier, esse momento pode ser designado pelo nome de “racionalismo”.

A episteme clássica procurará pela gênese em que as coisas possam ser ordeiramente enquadradas e classificadas, e, subsequentemente, sobre elas depositados os signos corretos de identificação. O saber se tornará correlato à certeza e à assepsia da matemática, um “enquadrar” pelo movimento taxionômico para estudar, compreender e nomear as menores partes; é a herborização do pensamento e do método rousseriano, positivo e racional, um método de classificações, para enquadrar e imobilizar a natureza. Uma nova história sobre as histórias presentes até o século XVII, um contraponto pela transformação da linguagem, dos signos, e da representação.

Agora, se narra o observado e não o que já está posto; a palavra apenas descreve e representa o observado, conferindo-lhe um novo sentido à história, que deverá ser observada e transcrita minuciosa e pormenorizadamente através de palavras fiéis ao observado. A linguagem terá de rearticular-se para comportar a história natural. Não há espaços para a afirmação da linguagem sobre o observado, ela deve apenas, e irrefutavelmente, servir de orientação e significação à representação. Como imagem de si própria, a linguagem servirá apenas à representação, tendo como tarefa fundamental de criar uma nomenclatura para as coisas e nomear a si própria.

A idade clássica foi representada pela episteme da representação, em que esse é um contínuo do ser, extensão das representações humanas. Para isso é necessário nomear os signos e sobre eles manter um controle e ordenação. A episteme clássica construirá sua existência nas relações entre a ordem e os nomes, a fim de desenvolver uma nomenclatura tal qual uma taxionomia, um sistema de signos que permitirá transparecer, consequentemente contíguo ao ser. O classicismo procurará observar aquilo que lhe é permitido, iluminado, clarificado. A modernidade, ao final do século XVIII, sucederá e constituirá uma nova

episteme, reorganizando o pensamento e os saberes humanos nas brechas e buracos à sombra da luz. A modernidade irá para a interpretação.

A episteme clássica está na ordem da representação das coisas por regras que ordenavam, passo a passo, uma sequência lógica para sua existência; agora, nessa nova ordem que se instaura, a representação será substituída pela interpretação. Ou de acordo com Foucault, “O ser mesmo do que é representado vai cair agora, cair fora da própria representação”.

A episteme moderna se baseará na tríade: vida, trabalho e linguagem, em oposição à história natural, à análise das riquezas e à gramática geral. O pensamento moderno, uma novidade, uma luz pálida e frugal, aprofundar-se-á em regiões cobertas de sombras, porões que a luz clássica nunca alcançara. Outra claridade substituirá as luzes da representação, através de novas relações do saber. Essa nova tríade constituirá seus fundamentos a partir de um novo tratamento dado às ciências, por técnicas e objetos novos e inéditos.

Os seres vivos formam-se na coexistência entre os diferentes órgãos, interdependentes; e assim será também para a vida, estabelecendo relações complexas e profundas, em que a vida e a morte, a existência e a não-existência interrompem a possibilidade de um contínuo temporal.

As relações entre trabalho e consumo são alteradas pela industrialização, em que valor deixou de ser signo, para tornar-se produto, porque todo valor, qualquer que seja, extrai sua origem do trabalho. É a finitude do tempo e do homem, e particularmente, a luta do homem contra a morte, que passará a designar o valor dos produtos e a evolução da economia. A vida e o trabalho não de ser opostos em suas historicidades, pois onde um é descontínuo e se reconstrói, o outro é contínuo e finito.

Mas é a linguagem que encerra determinantemente o ciclo clássico do qual irrompe a modernidade, pois as palavras apenas duplicavam-se em uma espiral finita, compondo, ordenando e analisando as coisas representadas. À linguagem não mais será dada à representação das coisas, mas a uma forma até hoje dispersa, pela sua multiplicidade. A modernidade traz a linguagem para o centro da discussão, em um retorno a si mesma, tendo como questão central a própria linguagem. Este jogo permite que ela questione a si própria e ao homem, e ao fazê-lo permite o surgimento do homem no pensamento moderno.

No pensamento clássico o homem ainda não existe, pois uma peça no jogo das representações, mera imagem ou reflexo, tratado como gênero ou espécie, pelas necessidades ou desejos, ou memória e invenção, não produto de uma “consciência epistemológica do homem como tal”. Na linguagem clássica é o discurso da representação, de nomear, de ordenar em quadros e sequências, gerando marcas de identificação e tornando-as visíveis pela palavra. Como consequência dessa disposição da linguagem, um simples discurso da representação e das coisas, espaço para encontros entre a natureza e a humanidade, impossibilita a existência de uma ciência de questionamento do homem por ela própria.

Ao tornar o homem o centro do saber, ao transformá-lo em objeto das positivities, a episteme moderna assente que os estudos sobre o homem se tornem ciência, mas uma meia-ciência ou uma falsa ciência, pois toma de empréstimo os modelos de uma ciência pré-existente.

A História também instrumentará as ciências do homem, pois antes preso na história - contínua e linear do mundo, um único movimento, uma única história, de passado e futuro, da criação ao fim do mundo, de grandes narrativas -, na modernidade o homem se desprende das suas raízes clássicas, o espaço se fragmenta (primeiramente pela historização própria às coisas) o ser humano se torna histórico, e passa a ser atravessado pelos movimentos da História. Uma vez homem histórico que vive, trabalha e fala, todo conteúdo da História (não mais o todo, mas parte) qualquer que seja, faz se parte das ciências humanas. O homem, então, além de histórico, também passa a ser cultural – episódico e geográfico.

A modernidade e sua cultura liberta o homem do espaço da representação, permitindo o nascimento das “ciências do homem”, e, quase que concomitantemente, a sua finitude, já que corpo, desejo e linguagem (que têm sua existência, sua historicidade e suas leis próprias) envolvidos a si mesmos no princípio de sua existência, nos limites do conhecimento, encarceram em si o aprendizado finito da existência humana.

Nesse momento, o homem pensa em si e no seu fim como a partir de si próprio, um sujeito de si mesmo, e como um ser pensante, submete-se à linguagem, como veículo e produto de e para palavras que lhe preexistem. Todo o construído, produzido, articulado, reificado anterior e exteriormente a esse homem arcá-lhe o corpo; uma carga que lhe verga e atravessa desde seu nascimento, pois mais um objeto natural, uma mera produção da história natural, mais um corpo que a história tornará breve e datado.

Cabe ainda às ciências humanas a relação com a representação, corpo clássico, mas ainda presente na modernidade, onde se torna corpo e a extensão das ciências humanas, suporte geral do saber. Através da bipolaridade consciente-inconsciente se recriam conceitos, permitindo surgir o homem como objeto. Para Foucault as contraciências – psicanálise, etnologia e linguística, estão sempre a lembrar que os limites do homem constroem-se na representação da modernidade, pelo indivíduo ou pelo grupo, na simetria de significações de uma cultura.

A psicanálise e a etnologia, através do inconsciente dos indivíduos, das culturas e da própria história, possibilita apresentar problemas e decodificá-los a partir do próprio homem; a linguística delimitará pelo discurso os limites das ciências humanas e, juntamente, a psicanálise e a etnologia, o fará pelo inconsciente e pela historicidade. De modo particular, a linguística permitirá a estruturação dos próprios discursos, a ascensão das coisas à existência na medida em que pode formar os elementos de um sistema signifiante, restabelecendo as relações das ciências humanas com a questão do ser da linguagem.

Esta retomada, redescoberta da linguagem, foi uma necessidade da cultura ocidental, um desdobramento sobre/da própria linguagem, mostrando-se como uma necessidade para clarear sua compreensão, colocá-la a nu, para que através de si mesma seja compreendida.

Ao saber humano apresentam-se diversas positivities e o homem, objeto de saber, deixa de ser o mais antigo e constante problema apresentado a esse saber. O que a epistémê moderna traz, em um movimento arqueológico, é o aparecimento, na modernidade, de um homem: duplo, consciente e inconsciente, finito, que da mesma forma que surgiu pode vir a desaparecer pela linguagem e/ou discurso.

Em contraponto ao pensamento clássico “em que existiam o mundo, sua ordem, os seres humanos, mas não o homem”, na modernidade, pode-se questionar sobre a existência do homem e refletir, “por um só instante, o que poderiam ser o mundo, o pensamento e a verdade se o homem não existisse”.